

REVISTA FAROL

FACULDADE ROLIM DE MOURA

ISSN Eletrônico: **2525-5908**

www.revistafarol.com.br

A inclusão escolar e as políticas educacionais: possibilidades e novos caminhos

Heloisa Oliveira Guimarães
Luana Karoline da Silva Batista
Eraldo Carlos Batista

A inclusão escolar e as políticas educacionais: possibilidades e novos caminhos

Heloisa Oliveira Guimarães¹
Luana Karoline da Silva Batista²
Eraldo Carlos Batista³

RESUMO: Nos últimos anos o discurso em prol da Educação Inclusiva vem sendo evidenciado nos debates político-educacionais. O presente artigo teve por objetivo refletir sobre as políticas de inclusão escolar a partir dos princípios e paradigmas conceituais que vem sendo gradativamente defendidos em debates educacionais. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica a partir de fontes diversas como livros, artigos científicos e a legislação vigente. A literatura consultada remete que a educação inclusiva indicada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e pela Constituição Federal é pré-requisito mínimo para se garantir ao aluno com necessidades especiais o direito de exercer sua cidadania. Ainda acrescenta-se que as finalidades da educação inclusiva estão fundamentadas nas pesquisas e amparo legal na Constituição Federal, ainda em leis complementares. De acordo com a história, os conceitos e objetivos da educação inclusiva no país vêm proporcionando grandes progressos. Assim, idealiza-se uma educação inclusiva que trabalhe o aluno em completos aspectos, dando-lhe a oportunidade de desenvolver suas habilidades a partir de suas necessidades particulares.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Educação especial; Aprendizagem.

School inclusion and educational policies: possibilities and new ways

ABSTRACT: In recent years the discourse on Inclusive Education has been evidenced in the political-educational debates. This article aims to reflect on the policies of school inclusion based on the principles and conceptual paradigms that have been gradually defended in educational debates. The methodology used was the bibliographical research from diverse sources as books, scientific articles and the current legislation. The literature consulted indicates that the inclusive education indicated by the Law of Guidelines and Bases of National Education and by the Federal Constitution is a minimum prerequisite for guaranteeing the student with special needs the right to exercise their citizenship. It is also added that the purposes of inclusive education are based on research and legal protection in the Federal Constitution, even in complementary laws. According to history, the concepts and goals of inclusive education in the country have been making great strides. Thus, it is idealized an inclusive education that works the student in complete aspects, giving him the opportunity to develop his abilities from his particular needs.

Keywords: School inclusion; Special education; Learning.

¹ Pós-Graduada em Educação Infantil, Fundamental e Gestão Educacional. E-mail: heloisaog@hotmail.com

² Graduada em Direito pela Faculdade de Rolim de Moura – FAROL. E-mail: luana-ksb@hotmail.com

³ Doutorando em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/RS, Professor substituto da Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: eraldo.cb@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação cultural, política, social, e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, participando e aprendendo sem qualquer tipo de discriminação. O movimento da educação inclusiva, que surge embasado pela Declaração de Salamanca (1994), defende que a escola deve assumir o compromisso de educar cada estudante, aplicando a pedagogia da diversidade, uma vez que todos os alunos deverão estar dentro da escola regular, independentemente de sua origem social, étnica ou linguística. Assim, a educação inclusiva estabelece um paradigma educacional baseado na concepção de direitos humanos, que combina diferença e igualdade como valores que estão sempre ligados entre si, e que avança em relação à ideia de isonomia ao contextualizar as circunstâncias históricas da exclusão dentro e fora da escola (CAMARGO, 2017).

As dificuldades encontradas nos sistemas de ensino identificam a necessidade de enfrentar os hábitos discriminatórios e abrir caminhos para vencê-las, a educação inclusiva assume espaço fundamental no debate a respeito da sociedade moderna, e da função da escola na superação da exclusão. De acordo com Mazzota (2017), a prática da inclusão tem como pressuposto uma amostra de que cada criança é importante para assegurar a riqueza do conjunto, sendo apetecível que na classe regular permaneçam todos os tipos de alunos. Dessa maneira que, espera-se que a escola seja criativa no intuito de buscar recursos visando manter no espaço escolar os diversos alunos, levando-os a adquirir resultados satisfatórios em seu desempenho acadêmico e social.

Com base nos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, provocando uma alteração na estrutura e cultura da escola para que todos os alunos tenham suas particularidades atendidas (DUTRA, 2007). Nesse sentido, o movimento da inclusão ganhou dimensão mundial de luta das pessoas com deficiências e o desafio de efetivar políticas de educação inclusiva vem exigindo da maioria dos países ajustamento dos seus sistemas de ensino para satisfazer as necessidades de todos os estudantes, exigindo a compreensão de uma série de ressignificações educacionais (SIQUEIRA; SANTANA, 2010).

Mas o que é de fato a inclusão? O que leva as pessoas a terem percepções e interpretações tão diferentes? O adjetivo "inclusivo" é usado quando se busca qualidade para todos, trazendo como foco a inserção dos alunos na rede regular de ensino (SILVA;

CASTRO; BRANCO, 2006). Compreende-se que, para que isto seja realidade, é preciso que os educadores sejam apoiados e auxiliados tecnicamente e que tal comportamento não ocasionem um processo de exclusão.

Ao longo dos anos o paradigma da inclusão vem buscando caminhos para que não haja exclusão escolar e propondo ações que assegurem o ingresso e permanência do aluno com deficiência no ensino regular. Ainda assim, o paradigma da discriminação é forte e enraizado nas escolas e com todos os problemas e desafios a enfrentar, reforçam o anseio de mantê-lo em espaço especializado. Entretanto, a inclusão levanta diversos questionamentos aos professores e técnicos, outro ponto de vista a ser analisado é o papel do professor, pois é difícil refletir sobre o que se está acostumado a fazer. Além disso, a escola parece não estar estruturada adequadamente para trabalhar com a diversidade.

Diante do que foi exposto, esse artigo tem por objetivo refletir sobre as políticas de inclusão escolar a partir dos princípios e paradigmas conceituais que vem sendo gradativamente defendidos em debates educacionais.

1 REVISAO DE LITERATURA

1.1 Educação inclusiva

A edificação de uma educação inclusiva é um procedimento de essencial seriedade para a ampliação e a sustentação de um estado democrático. Desse modo, a escola, portanto, deve estar preparada em sua estrutura arquitetônica, pedagógica e, principalmente, contar com uma equipe de gestão que busque alternativas e recursos a fim de contemplar os objetivos da educação inclusiva cedo (VIANNA; GOMES; GARCIA, 2013). O conceito de Educação Inclusiva está inteiramente unido ao conceito de inclusão social. Desse modo, Sasaki (2004, p. 41) expõe o conceito de inclusão social:

Conceitua-se a inclusão social como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade. A inclusão social constitui, então, um processo bilateral no qual as pessoas, ainda excluídas, e a sociedade, buscam, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos.

A Declaração de Salamanca e o Plano de Ação para a Educação de Necessidades Especiais consistem atualmente em ser os mais complementados dos documentos a respeito de inserção no ensino. Suas alíneas demonstram que a instrução inclusiva não se menciona

exclusivamente aos deficientes, entretanto, a todos os tipos de indivíduos com precisões educativas específicas em estilo transitório, irregular ou constante (SASSAKI, 2004).

Tal explicação vai ao encontro com a filosofia da inserção, no alcance em que inclusão não aceita ressalvas, significando que toda criança possui direito constitucional ao ensino, e tem particularidades, preocupações, desenvolvimentos e precisões de aprendizagens que são exclusivas [...]; colégios regulares que tenham tal direção inclusiva compõem os ambientes mais dinâmicos de discriminação, instituindo-se grupos mais agradáveis, edificando uma coletividade de inclusão e conseguindo ensino para todos (Declaração de Salamanca apud MEC, 1994).

A constituição Brasileira de 1988 determina em seu artigo 208, que exista:

Atender diferenciadamente a pessoa portadora de necessidade especial de prioritariamente nas redes de educação. A LDB do Ensino nacional, lei 9394/96 avigora esta declaração constitucional. A LDB exclusivamente faz observação para a existência e turmas exclusivas “unicamente em ocupação das camadas específicas dos alunos aonde não estabelecer emissividade em sua relação nos grupos comuns de educação regular (cap. IV § 2º).

Assim, os documentos e legislações oferecidos explicam a inquietação com o bem estar e a educação, visando esclarecer quem é este cidadão com necessidades educacionais especiais. A escola inclusiva quer acabar com os rótulos de que a criança com deficiência precisa de uma escola assistencial, paternalista, que as trate como limitados ou incapazes.

Sobre isso, Bruno (2006) diz que a inclusão está fundada na dimensão humana e sociocultural que procura enfatizar formas de interação positivas, possibilidades, apoio às dificuldades e acolhimento das necessidades dessas pessoas, tendo como ponto de partida a escuta dos alunos, pais e comunidade escolar.

1.2 Estudante com necessidades especiais educacionais

Mediante ao que se percebe quando se depara com um estudante com necessidades especiais, o colégio, para de fato ser inclusivo necessita adequar-se ao que o aluno necessita fornecendo ambientes e recursos que cubram sua aprendizagem. É papel da escola, proporcionar aprendizagem de todos os que nela estão colocados. A perspectiva da integração de crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular não é nova. Já na construção do centro nacional de educação especial (Cenesp) do centro de educação e cultura (MEC), em 1974, a orientação se volta para a integração:

Os alunos deficientes, sempre que suas condições pessoais permitirem, serão incorporados a classe comum de escola de ensino regular quando o professor de classe dispuser de orientação e materiais adequados que lhe possibilitem oferecer tratamento especial a esses deficientes (BRASIL, 1974, p. 20).

Na procura de conseguir os objetivos da inclusão, torna-se muito necessário à adesão de teorias interacionistas de Piaget e Vygotsky. O primeiro em sua doutrina ressalta que o sujeito é construtor de seu oportuno conhecimento por meio de sua atuação sobre o meio. O segundo assegura que a constituição da informação sugere uma atuação repartida, ou seja, é por meio dos outros que as afinidades entre sujeitos e objeto são instituídas e, conseqüentemente ocorre o desenvolvimento (LA TAYLLE; OLIVEIRA, M; DANTAS, 2000).

Assim sendo, não se pode imaginar uma escola inclusiva, sem métodos pedagógicos construtivistas ou sócios-interacionistas. Tais abordagens parecem proporcionar melhores estruturas de estabilidade do aluno na escola, adequando-lhes condições de conseguir sucesso na constituição do seu desenvolvimento escolar, através do acesso ao currículo, acatando suas probabilidades de aprendizagem, e por fim ampliando os seus potenciais como conjuga a concepção histórico-cultural proposta por Vygotsky (FREITAS, 2007).

Desse modo:

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de Educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizes e seu direito à equidade. Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos - inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver (CARVALHO, 2005).

Destarte, é preciso pensar que, preservar a diversidade apresentada na escola, encontrada na realidade social, representa oportunidade para o atendimento das necessidades educacionais com ênfase nas competências, capacidades e potencialidades do educando.

1.3 Barreiras pedagógicas

A discriminação e o preconceito ainda são realidades na maioria dos espaços sociais, inclusive entre as instituições escolares. Muitos educadores acreditam na inclusão escolar apenas na forma de socialização, principalmente para aqueles alunos com deficiência mental. Nas instituições citadas acima, mascara-se a realidade ao afirmar que são escolas inclusivas, somente pelo fato de estarem recebendo o educando com deficiência. No entanto, sabe-se que

lá não há lugar para o diferente sendo este colocado à margem da educação (ensino/aprendizagem). Na maioria das vezes, esse público realiza atividades diferentes das que são propostas para a maioria dos alunos em sala de aula (CARVALHO, 2005).

Por meio de uma política explícita e vigorosa de acesso à educação, de responsabilidade da união, dos estados e dos municípios, é possível criar condição para que as pessoas, independentes das suas diferenças, tenham efetivados seus direitos à educação. De acordo com Ferreira (2007), inclusão não significa inserir a pessoa com limitações ou dificuldades dentro do sistema de ensino, mas sim preparar esse ambiente para recebê-la. Incluir significa organizar e implementar respostas educativas que facultem a apropriação do saber, do saber fazer e da capacidade crítica e reflexiva; envolve a remoção de barreiras arquitetônicas sim, mas sobretudo das barreiras atitudinais - aqueles referentes ao “olhar” das pessoas normais e desinformadas – para que se promova a adequação do espaço psicológico que será compartilhado por pessoas muito diferentes entre si. (CARVALHO, 1999).

De acordo com Carvalho (2005), a proposta de uma educação para todos que esteja empenhada com a interrupção de todos os preconceitos, tem que debater não apenas o espaço escolar, uma vez que o fato que se depara em caso de discriminação na escola não é particular dessa situação, mas inclui a sociedade como um todo. Deste modo, a compreensão desse fenômeno implica no conceito dos mecanismos que atrapalham sua aceitação, dentre os quais se sobressaem as políticas públicas.

1.4 Práticas pedagógicas adequadas a educação inclusiva

A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases Nacional, lei 9394/96, ao determinar que a educação especial aconteça com preferência na rede regular de ensino, estabeleceu aos sistemas educacionais e, por conseguinte nas escolas um maior encargo quanto a garantir as adaptações que são necessárias ao pleno desenvolvimento.

Assim, os educadores precisam colaborar para instituição da escola como espaço de aprendizagem para todos os alunos, problematizando o currículo escolar, os momentos de formação, planejamento, os processos de avaliação, as relações estabelecidas nesse cotidiano, as parcerias necessárias, os apoios que necessitamos para dar conta de todos os alunos, bem como as políticas públicas facilitadoras da garantia de acesso, permanência e ensino com qualidade a todos os alunos. Ou seja, as propostas de mudança variam e dependerão de disposição, discussões, estudos, levantamento de dados e iniciativas a serem compartilhadas

pelos seus membros, enfim, de gestões democráticas das escolas, que favoreçam essa mudança (DRUMMOND, 2005).

Na constituição brasileira de 1988, as adaptações curriculares são definidas como:

[...] possibilidades educacionais de atuar frente às dificuldades de aprendizagem dos alunos. Pressupõem que se realize a adaptação do currículo regular, quando necessário, para torná-lo apropriado às peculiaridades dos alunos com necessidades especiais. Não um novo currículo, mas um currículo dinâmico, alterável, passível de ampliação, para que atenda realmente a todos os educandos. Nessas circunstâncias, as adaptações curriculares implicam a planificação pedagógica e as ações docentes fundamentadas em critérios que definem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (BRASIL, 1988, p. 33).

O processo de identificação das necessidades educacionais especiais é de extrema importância, se esse processo não ocorrer com o devido cuidado, a seleção dos materiais educativos de apoio e a escolha das estratégias metodológicas e didáticas podem não corresponder ao que realmente o aluno requer. Para Denari (2006), a ênfase no desenvolvimento, na aprendizagem e sua avaliação, bem como no processo de investigação documental, aliada à prática docente, poderia constituir a coluna vertebral de um plano de estudos que atenda à diversidade e permita a realização das adequações curriculares correspondentes para a atenção às necessidades educacionais especiais, sejam estas transitórias ou permanentes.

1.5 A luta contra o preconceito

É preciso assumir as “diferenças” e que cada indivíduo tem seu tempo, seu ritmo, e o processo de aprendizagem deve ser repensado e adaptado às necessidades do educando. Cabe ao educador e à escola acreditar que o aluno pode aprender e se desenvolver, que ele pode evoluir nos aspectos cognitivos, afetivos e sociais e que a intencionalidade da ação educativa contribui para isso, mas o sucesso da escola inclusiva vai além, como consta no documento de Salamanca (1994; item 6):

O sucesso das escolas inclusivas que favorecem um ambiente propício à igualdade de oportunidades e à plena participação depende dum esforço concertado, não só dos professores e do pessoal escolar, mas também dos alunos, pais e voluntários. A reforma das instituições sociais não é, somente, uma tarefa de ordem profissional; depende, acima de tudo, da convicção, empenhamento e boa vontade (grifo meu) dos indivíduos que constituem a sociedade.

A luta contra o preconceito depende muito da preparação de quem ensina. Nesse caso,

é necessário que os próprios educadores e gestores estejam conscientes em relação à questão da discriminação que pode estar implícita no âmbito escolar. Assim, a percepção do educador sobre a inclusão vai se modificando à medida que este esteja melhor preparado para lidar com o diferente, a partir de uma relação pautada na moral e na ética (ARAÚJO, 2010).

Nessa ótica, Figueira (1995) remete que palavras são expressões verbais de imagens construídas pela mente. Às vezes, o uso de certos termos, muito difundidos e aparentemente inocentes, reforça preconceitos. Além dessas falas, temos observado, o medo da mudança com a certeza do fracasso e medo da diferença onde se sentem ameaçados, os que provocam afastamento, o estigma e conseqüentemente o preconceito. Neste sentido, a escola tem um papel importantíssimo para que ocorra uma mudança significativa do ponto de vista da inclusão irrestrita, para que isso se efetive de fato é de suma importância que os professores, se reconheçam como pessoas capazes de mudar essa realidade na prática pedagógica (LEITE; OLIVEIRA, 2016).

Deve-se considerar também os conflitos que se estabelecem nas relações referente às questões relativas à gratificação no plano salarial e o aumento no trabalho. Aliado a esse contexto escolar, encontra-se várias dificuldades do ponto de vista econômico, principalmente nos pequenos municípios, que analisam o custo benefício da acessibilidade, como, adaptar os ônibus, com custo elevado para o número insignificante de pessoas com deficiência. Por trás disso, sabe-se que tem a ideia, que as pessoas com deficiência são improdutivas e por isso pouco se investe (LEITE FILHO, 2013). Contudo, esse posicionamento dificulta a entrada na escola e no trabalho, acentuando assim a sua condição desfavorecida em relação a outras pessoas.

1.6 Estratégias pedagógicas diferenciadas

A Educação Inclusiva faz parte de uma nova perspectiva que ainda gera desconforto em alguns professores, que muitas vezes se sente despreparados para encerrar essa nova realidade, sentindo-se incapazes e impotentes. Desse modo, a formação do professor é de grande importância para realização desse trabalho, pois o professor desempenha uma das principais profissões no que diz respeito à socialização, educação e comunicação do ser humano em todo seu desenvolvimento (ALMEIDA et al., 2017). Entretanto, não podemos deixar de olhar a formação geral do professor, que deve estar preparado para uma educação para a diversidade em sentido amplo, para uma sociedade com culturas diferentes, aptos a

ouvir, prestar atenção e respeitá-las. Isso porque a profissão docente precisa dar respostas adequadas e fazer as necessárias intervenções que envolvem situações diversas e singulares do desenvolvimento humano (PLETSCH, 2009).

Assim sendo, é preciso restaurar o saber da escola e a formação do professor. Nesse sentido, formar professores que, a partir de diferentes conhecimentos obtidos, possam interpretar a realidade com uma postura crítica e construtiva torna-se um desafio. A formação continuada deve ser oferecida para todos os professores e não só para aqueles que já trabalham com alunos com deficiência. Observa-se a necessidade que sejam estabelecidas diretrizes claras nos cursos de pedagogia e licenciaturas sobre os conteúdos mínimos a serem oferecidos, de modo que sejam formados professores com habilidades para lidar com a inclusão da diversidade na sala de aula (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Partindo do que foi postulado, vale lembrar que independente das suas limitações todo aluno possui, em maior ou menor grau, capacidade de desenvolver habilidades criativas, de resolverem problemas, entre outros. Alguns são autodidatas, mas outros, no entanto, necessitam de ajuda e do estímulo de alguém que possa lhes mostrar o caminho e é justamente para o desenvolvimento desse aspecto que o professor deve estar qualificado a contribuir de forma efetiva (BATISTA; LUZ; BRUM, 2015).

Desse modo, o atual e grande desafio posto para os cursos de formação de professores é o de produzir conhecimentos que possam desencadear novas atitudes que permitam a compreensão de situações complexas de ensino, para que os professores possam desempenhar de maneira responsável e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade (PLETSCH, 2009). Nessa direção a proposta de Educação para Todos traz uma discussão, que envolve a melhoria da qualidade de ensino para todos os alunos. Dessa forma, é preciso pensar em possibilidades que priorizam a comunicação entre teoria e prática para que de fato o professor seja peça principal na construção de uma nova prática. Além da inserção de disciplinas que abordem as questões da educação especial (GREGUOL; GOBBI; CARRARO, 2013).

Desse modo, é fundamental investir no processo de formação inicial e continuada do professor, pois isto influencia seu dia-a-dia em sala de aula. Sendo assim, o professor se sentirá mais seguro e com maiores possibilidades de realizar um trabalho com condições diante de uma sala de aula heterogênea. Ou seja, a capacitação do professor orientada para a inclusão deve visar um atendimento igualitário e qualitativo, com direito ao acesso e a permanência do aluno com necessidades educacionais na escola (SILVA; ARRUDA, 2014).

O uso de estratégias pedagógicas diferenciadas é certamente uma tendência para igualar as oportunidades, contudo para que os professores consigam utilizá-las é preciso que identifiquem em todos os seus alunos indivíduos capazes de aprender, beneficiando a construção de uma educação de qualidade para todos os envolvidos.

Nesse sentido:

[...] pensar na Educação Inclusiva como uma possibilidade de construção de uma sala de aula melhor na qual alunos e professores sintam-se motivados a aprender juntos e respeitados nas suas individualidades, parece que realmente pode vir a ser um progresso na história da educação brasileira (ARANHA; SILVA; 2005, p. 4).

Percebe-se que embora haja dificuldades, a comunidade escolar não fica paralisada e procura alternativas que beneficiam a técnica em sala de aula. Alguns professores adotam o papel de educar todo e qualquer aluno e isso é primordial. Nesse sentido, uma atuação docente eficaz na educação inclusiva requer, utilizando da afirmativa de Batista e Nascimento (2015), que o professor necessita ter como base uma formação didático-pedagógica e conhecimentos das mais modernas técnicas, métodos e recursos didáticos de ensino, como elaboração, planejamento, desenvolvimento e avaliação do processo de aprendizagem, e utilizar-se de projetos interdisciplinares para vinculação da teoria com a prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto ao longo deste artigo fica claro que o princípio democrático da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializa para todos os alunos e não apenas para alguns deles. A inclusão é um fato e sua proposição é fruto de um objetivo maior que é o ensino de qualidade para todos, independentemente de suas potencialidades e limitações, é uma inovação que implica um esforço de atualização e de reestruturação das condições atuais da maioria das escolas.

O sucesso da inclusão de alunos com deficiência depende das possibilidades de se conseguir um desenvolvimento considerável desses alunos na escolaridade, por meio da adaptação das práticas pedagógicas à diversidade dos aprendizes. E só se consegue atingir esse sucesso, quando a escola regular reconhece que as dificuldades de alguns alunos não são apenas deles, mas resultam em grande parte do modo como o ensino é ministrado, a aprendizagem é entendida e avaliada.

Para que as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e aperfeiçoar o professor, especialmente os que atuam no ensino fundamental. Entre outras inovações, a inclusão implica também em uma outra fusão, a do ensino regular com o especial e em opções alternativas/aumentativas da qualidade de ensino para os aprendizes em geral (BELISÁRIO, 2005).

As atitudes de cada indivíduo, dos órgãos públicos e das instituições, devem ser pensadas e executadas na perspectiva de divulgar os direitos, a legislação e idealizar ações que garantam a todas as pessoas o acesso a seus direitos. Posto isto se espera da educação brasileira um posicionamento atualizado e moderno envolvendo os professores no processo de capacitação e aperfeiçoamento de suas práticas escolares, sobretudo naquelas que se referem a educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, K. C. C. et al. Habilidades sociais de professores de uma escola estadual de ensino fundamental do interior de Rondônia. **Unoesc & Ciência-ACHS**, v. 8, n. 1, p. 71-80, 2017. Disponível em: <<http://editora.unoesc.edu.br/index.php/achs/article/view/10981>>. Acesso em: 13 abr. 2017.
- ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, v. 11, n. 21, p. 160-173, 2001. Disponível em: <<http://www.adiron.com.br/arquivos/paradigmas.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- BATISTA, E. C.; LUZ, E. N.; BRUM, A. L. O. Autopercepção sobre as práticas docentes para o desenvolvimento da criatividade em uma instituição de ensino superior da Amazônia. **Revista Intersaberes**, v. 10, n. 21, p. 595-612, 2015. Disponível em: <<https://www.uninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/769>>. Acesso em: 21 mar. 2017.
- BATISTA, E. C.; NASCIMENTO, A. B. Percepção de acadêmicos quanto ao estímulo à criatividade por parte de seus professores. **Revista Brasileira de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 54-63, 2015. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/REBES/article/view/1007>>. Acesso em: 22 ago. 2017.
- BRASIL, Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRUNO, M. M. G. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces. **Ciência & Educação (Bauru)**, v. 23, n. 1, p. 1-6, 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ciedu/v23n1/1516-7313-ciedu-23-01-0001.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2017.
- CARVALHO, R. E. **Dez anos depois da Declaração de Salamanca**. 2005.
- CARVALHO, R. E. Educação e inclusão: a questão da permanência da pessoa deficiente na universidade. **Acesso e permanência da pessoa com necessidades educacionais especiais nas IES - Fórum: Curitiba**, 12 de abril de 1999.
- Educação inclusiva desafio no ambiente escolar e na prática pedagógica**. Disponível em <<https://psicologado.com/atuacao/psicologia-escolar/educacao-inclusiva-desafio-no-ambiente-escolar-e-na-pratica-pedagogica>>. Acesso em: 16 fev. 2017.
- DUTRA, C. P. et al. **Política Nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. 2007.
- FERREIRA, S. L. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Rev. bras. educ. espec**, v. 13, n. 1, p.

43-60, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v13n1/a04v13n1.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2017.

FIGUEIRA, E. **A Imagem do portador de deficiência mental na sociedade e nos meios de comunicação** – Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial, 1995.

FREITAS, N. K. Necessidades Educativas Especiais, arte, educação e inclusão. **Revista e-Curriculum**, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/curriculum/article/view/3185>>. Acesso em: 20 abr. 2017.

GREGUOL, M.; GOBBI, E.; CARRARO, A. Formação de professores para a educação especial: uma discussão sobre os modelos brasileiro e italiano. **Rev. bras. educ. espec**, v. 19, n. 3, p. 307-324, 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbee/v19n3/02.pdf>>. acesso em: 17 jul. 2017.

LA TAYLLE, I.; OLIVEIRA, M. K.; DANTAS, H. D. **Piaget, Vygotsky e Wallon: teorias psicogenéticas em discussão**. 23. ed. Rio de Janeiro: Sumus Editorial, 2000.

LDB (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**) de 1996 e pela convenção de Guatemala em 2001.

LEITE, R. B.; DE OLIVEIRA, G. F. Os Desafios da Educação Especial. **Id on Line Revista de Psicologia**, v. 10, n. 33, p. 347-352, 2016. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/627>>. Acesso em: <14 jun. 2017.

LEITE FILHO, L. L. **O desafio da inclusão escolar: uma revisão de literatura**. 32 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Centro de Educação, 2013.

MAZZOTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2017.

PLETSCH, M. D. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, n. 33, p. 143-156, 2009. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/5233>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 8. ed. Rio de Janeiro: WVA editora. 2004.

SILVA, A.P.M.; ARRUDA, A.L.M.M. O papel do professor diante da inclusão escolar. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**, v.5, n.1, 2014. Disponível em: <http://www.uninove.br/marketing/fac/publicacoes_pdf/educacao/v5_n1_2014/Ana_Paula.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2014.

SILVA, A. F.; CASTRO, A. L. B.; BRANCO, M. C. M. C. A inclusão escolar de alunos com necessidades educacionais especiais: deficiência física. **Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial**, v. 8, 2006.

SIQUEIRA, I. M. et al. Propostas de acessibilidade para a inclusão de pessoas com

deficiências no ensino superior. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 16, n. 1, p. 127-136, 2010. Disponível em: <<http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/7843>>. Acesso em: 03 maio 2017.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Espanha, 1994.

VIANNA, P. et al. Educação inclusiva: espaço físico, prática pedagógica e perspectiva da gestão educação inclusiva. **Revista Educação em Rede: formação e prática Docente**, v. 2, n. 2, 2013. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/educacaoemrede/index>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ZÔMPERO, A. F. **Ensino das Ciências naturais**: pedagogia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

Recebido para publicação em setembro de 2017

Aprovado para publicação em setembro de 2017